

RECURSO ESPECIAL Nº 1.786.354 - PR (2018/0331276-0)

RECORRENTE : SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS
RECORRIDO : AMAURI BENTO DA SILVA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO. EXECUÇÃO FISCAL. SERASAJUD. FALTA DE IMPLEMENTAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE MOMENTÂNEA. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO EM MEIO FÍSICO.

1. No tocante à expedição de ofícios, o entendimento desta Corte e do Superior Tribunal de Justiça é no sentido da excepcionalidade da expedição pelo Poder Judiciário, medida admitida somente após a comprovação de que o credor esgotou todas as alternativas a seu alcance. É ônus do exequente promover diligências para localizar o devedor e bens penhoráveis, a fim de que a execução tenha regular prosseguimento. Não cabe ao Poder Judiciário substituí-lo nessa tarefa.

2. O art. 782, §3º, do CPC/15 não alterou isso. Trata-se de norma de caráter não cogente, sendo clara e literal a possibilidade indeferimento da medida ali referida, que tem por escopo facilitar, desde que haja meios eficazes para isso, a inclusão do devedor no cadastro de inadimplentes. Todavia, não transfere para o Judiciário a responsabilidade pela inclusão em tais cadastros, a qual continua pertencendo ao credor na busca pela satisfação do seu crédito.

3. Havendo notícia de que, no momento em que proferida a decisão agravada, não havia sido implantado o SERASAJUD (sistema que facilitará a tramitação de ofícios entre o Poder Judiciário e a Serara Experian), não se mostra desarrazoada a decisão que, na esteira dos precedentes judiciais e fazendo uso da faculdade prescrita no próprio art. 782, §3º, do CPC/15, indefere a medida pela forma requerida (ofício em meio físico), a qual nada contribui em termos de eficiência e tramitação célere do processo e pode ser efetivada pelo próprio credor.

Na origem, a autarquia ora recorrente ajuizou execução fiscal do débito que somava o valor de R\$ 7.584,60, em abril de 2017 (fl. 79), tendo requerido a inscrição da parte executada no cadastro do SERASA, o que foi indeferido pelo Juízo de primeira instância, sob o fundamento de que a expedição de ofício como medida autônoma sem apoio no sistema do SERASAJUD não possui previsão legal, em decisão que foi mantida pelo Tribunal de origem, no julgamento do agravo de instrumento interposto pela ora recorrente, conforme ementa acima transcrita.

No recurso especial, a recorrente aponta a violação dos arts. 139 e 782, ambos do CPC/2015, sustentando, em resumo, que o Tribunal de origem não poderia ter se negado à inclusão do nome do devedor no cadastro de inadimplentes, eis que preenchidos os requisitos legais para a medida.

É o relatório. Decido.

O recurso especial comporta provimento.

Verifica-se que o acórdão recorrido não está em sintonia com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, que é no sentido de que o Poder Judiciário não pode se recusar à efetivação de medidas necessárias à solução satisfativa do feito, como a inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes, inclusive pelos meios eletrônicos disponíveis (sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD, SERASAJUD etc.) ou pela expedição de ofícios, no caso de inviabilidade do sistema eletrônico.

Confirmam-se, a propósito:

PROCESSUAL CIVIL. INCLUSÃO DO NOME DO DEVEDOR EM CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO. PLEITO JUDICIAL. POSSIBILIDADE.

I - O pedido de inclusão do nome do devedor em cadastros de inadimplentes, tais como SERASAJUD ou SERASA, nos termos do art. 782, § 3º, do CPC/2015, não pode ser recusado pelo Poder Judiciário a pretexto de inexistência de convênio para negatização pela via eletrônica, tendo em vista a possibilidade de expedição de ofício para atendimento do pleito.

II - Tal entendimento vai de encontro com o objetivo de promover a razoável duração do processo e a cooperação processual, além de impor medidas necessárias para a solução satisfativa do feito, conforme interpretação dos arts. 4º, 6º e 139, IV, todos do CPC/2015.

III - Recurso especial provido.

(REsp 1736217/SC, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/02/2019, DJe 01/03/2019)

TRIBUTÁRIO. PROCESSO CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. AUSÊNCIA DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. DÍVIDA FISCAL. INSCRIÇÃO DO DEVEDOR NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO DE CRÉDITO. SERASA. POSSIBILIDADE. SÚMULA 83/STJ.

(...)

4. "É possível a inclusão de débitos de natureza tributária inscritos em dívida ativa nos cadastros de proteção ao crédito, independentemente de sua cobrança mediante Execução Fiscal" (RMS 31.859/GO, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 1/7/2010).

(...)

Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp 800.895/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/12/2015, DJe 05/02/2016)

MANDADO DE SEGURANÇA. DÍVIDA DE NATUREZA TRIBUTÁRIA. INCLUSÃO NO SERASA. POSSIBILIDADE.

1. É possível a inclusão de débitos de natureza tributária inscritos em

dívida ativa nos cadastros de proteção ao crédito, independentemente de sua cobrança mediante Execução Fiscal.

2. Hipótese em que a impetrante não questiona o débito em si, mas apenas sua inclusão no Serasa.

3. Recurso Ordinário não provido.

(RMS 31.859/GO, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/06/2010, DJe 01/07/2010)

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial para determinar que o Tribunal de origem aprecie o mérito do pedido de inclusão do nome do devedor em cadastro de inadimplentes, quer pelo sistema SERASAJUD, quer pela expedição de ofícios.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de março de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

